



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

ATA n.º19

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, conforme o nº 1 do Art.º 11º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 21º do Regimento da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: PAOD – Nos termos do Art.º 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; Ponto Um – Discussão e Votação da Ata da sessão anterior; Ponto dois – Análise, Apreciação e Discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia; Ponto três – Análise, discussão e votação da proposta: “Reconhecimento da afetação de caminho a utilidade pública”; quatro – Outros assuntos de interesse para a freguesia.-----

Na bancada do PSD registaram-se as faltas, justificadas, dos vogais, José Manuel Perfeito e Joaquim Dias Palricas. Na bancada do PS, registou-se a ausência, igualmente justificada, de Joana Nunes, Xavier Costa e Vitor Duarte.-----

Efetuada as substituições foi dada posse aos vogais Manuel das Neves Roque (PS) e a César Filipe Moura Francisco (PS), sendo que a assembleia ficou completa com as presenças de João Alberto Marques Cardoso (PS), Jaime das Neves Antunes (PS), Brísida de Freitas Antunes Arsénio (PS), Tiago Manuel de Oliveira Carrão (PSD), Maria da Luz Santos Fortes Sousa (PS), Ricardo Jorge Martins Carlos (PSD), Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado (PSD), Isabel Maria Henriques da Conceição (PSD), Marco António Rosa Marques (PSD), Eduardo Jorge da Silva Gomes Correia (BE) e Anabela de Jesus Ribeiro França Mota (CDU).-----

Não se tendo verificado a presença do público, por imposição de normativos legais resultantes do estado de pandemia nacional, entrou-se no PAOD. O presidente da Assembleia apresentou uma moção da iniciativa do PSD – Portal da



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

Freguesia – defendida por Isabel Conceição em que se propõe a criação de uma plataforma online que contribua para a aproximação dos serviços da freguesia aos cidadãos, especialmente justificável nestes tempos de pandemia. Anabela Mota acha interessante a iniciativa. Não lhe parece, no entanto, viável que todos os documentos sejam tratados de forma digital, tendo em atenção os fregueses mais idosos, pelo que retiraria o advérbio “totalmente”. A este propósito, Tiago Carrão esclareceu que é intenção da proposta a manutenção em complementaridade dos processos digital e tradicional. Augusto Barros defende que, em princípio, não é contra esta iniciativa, mas entende que a intervenção dos funcionários é fundamental. E dá como exemplo a realização dos “censos 21”, em que o apoio das funcionárias se revelou decisivo. Por outro lado, pensa ser precipitado tomar uma medida desta dimensão em final de mandato. Tiago Carrão disse que a implementação deste processo é morosa, pelo que se trata de uma proposta a pensar no futuro. E reforça a ideia de que não se trata do digital exclusivamente. Ricardo Carlos corroborou a importância da digitalização, libertando os funcionários para outras tarefas. O apoio económico da UE “bazuca” contempla também o digital. Defende a coexistência do digital e do tradicional. Maria da Luz entende que a introdução do digital é inevitável, mas acha não ser prudente que se tomem medidas com esta dimensão em final de mandato, pelo que o PS irá abster-se. Isabel Conceição retorquiu que desde há quatro anos que o PSD vem insistindo nesta necessidade de abertura ao digital. Por outro lado, Tiago Carrão insiste que o PSD quer trabalhar até ao fim do mandato. Augusto Barros contrapõe que o executivo vem trabalhando no digital desde há muito tempo. E exemplifica que vão avançar em concursos totalmente em digital. Posta a proposta à votação, verificaram-se seis abstenções (PS) e sete



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

votos a favor (PSD, BE e CDU). Num outro ponto, Tiago Carrão questionou o executivo sobre o concurso a financiamentos para as juntas de freguesia. José Maria Marques informou que o executivo não se candidatou por, entre outros fatores, não haver capacidade de colocação dos contentores. Tiago Carrão critica que o apoio “bazuca” esteja muito pensada para o Estado. E questiona se o executivo já pensou o que a freguesia pode fazer em seu proveito com este apoio financeiro. José Maria Marques informou que a ANAFRE está a negociar possibilidades de concurso para as freguesias. Augusto Barros informa que o executivo está atento a essa questão, mas afirma que nem tudo será feito em função do dinheiro. Dá o exemplo da homenagem a Aristides Sousa Mendes que não dá dinheiro, mas apregoa valores. Passando-se ao Ponto 1. da OT, Ricardo Carlos chamou a atenção para um aspeto omissos na ata. Introduzido esse ponto, a ata foi aprovada com nove votos a favor, tantos quantos os vogais que poderiam votar. No ponto 2. da OT, Augusto Barros explica o caso das pavimentações de artérias da freguesia, dizendo que todas as propostas ultrapassavam o limite de 108.000 euros, porque a obra revelara-se mais exigente que o esperado. Houve que fazer novo concurso, retirando-se do mesmo duas estradas, de modo a que não fosse ultrapassado aquele valor. Acrescenta que a Junta teve sorte por ter encontrado uma empresa muito idónea. Ricardo Carlos diz que ninguém põe em causa o procedimento. O reparo reside no facto de o conteúdo da tabela não coincidir com o conteúdo da ata da Junta. Na página 4. do documento, “área social- bens alimentares fornecidos pela Junta”, Anabela Mota, interroga o executivo sobre uma suposta informação de que bens alimentares terão ido para o lixo, não se tratando de famílias carenciadas. Considera ainda que seria positivo que a Junta estivesse representada na CPCJ. Tiago Carrão, entre outras



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

considerações, retoma a questão do processo em tribunal em que o executivo figura como réu e nada consta nesta informação escrita. Augusto Barros informou que a Junta ficou responsável pelo apoio às famílias carenciadas e está convencido de que nunca terá ido para o lixo comida que a Junta distribuiu. E questiona se alguém terá visto esse gesto inconsciente de desperdício de comida. A Junta conhece as pessoas a quem foram distribuídos cabazes de emergência, numa relação sigilosa. Por outro lado, há lugares reservados na Junta Anima para crianças de famílias carenciadas. Afirma ainda que não é o dinheiro dos concursos que resolve os problemas financeiros, mas a boa gestão do dinheiro que por direito é atribuído à Junta. Relativamente à questão do tribunal, desabafa que a bancada do PSD é que condenou o executivo, na medida em que tiveram primeiro acesso à informação do que o próprio executivo. E diz de forma categórica que quem tem medo fica em casa. Lembra que outras administrações anteriores estão em tribunal. E justifica que essa informação não consta da Informação Escrita, porque o processo está parado. Tiago Carrão clarifica dizendo que ninguém condenou o executivo. Ricardo Carlos estranha que o executivo queira fazer coisas com pouco dinheiro. E dá exemplos de Juntas com número de eleitores semelhantes a esta e com valores orçamentais bastante superiores. Há que recorrer e aproveitar os fundos comunitários, fazendo as respetivas candidaturas. Augusto Barros emenda dizendo que não gostava de ter pouco dinheiro para fazer obra, mas que é possível fazer obra com pouco dinheiro e que a Junta continuará a apoiar as famílias carenciadas mesmo tendo poucos recursos. Diz que não quer que haja escândalos como aquele atrás da CMT. E esclarece que a Junta não podia recorrer aos fundos comunitários, porque não tem a delegação de competências. Tiago Carrão disse que ninguém da sua



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

bancada esteve em funções executivas, pelo que ninguém tem que recear as ameaças. E diz ainda que grande parte do parque atrás da CMT é para se pagar a si próprio, porque a obra está lá. Diz ainda que Augusto Barros votou contra a possibilidade de se resolver este assunto. Augusto Barros, por sua vez, esclareceu que votou contra o PAEL para não remeter para as gerações futuras os encargos dessa obra. Entrando-se no Ponto 3. da OT, Ana Isabel Palmeiro apresentou e leu parecer que, pela sua importância, será anexado a esta ata. Nesse seguimento, Augusto Barros acha bem elaborado este documento, e explica as circunstâncias da proposta agora em discussão. Estranha que esta decisão seja remetida para esta Assembleia. Não quis logo à partida recusar o pedido da CMT, optando por trazer este assunto à consideração da Assembleia de freguesia e a mesma tomaria uma decisão. Face a este cenário, o Presidente da Assembleia propôs que, considerando a escassez de documentação comprovativa, a proposta fosse retirada e solicitado à CMT que documente convenientemente o seu pedido. A Assembleia acolheu esta sugestão do presidente. Entrando-se no Ponto 4. da OT, Isabel Conceição perguntou se a estrada que separa o hospital de Tomar do BricoMarché, que se encontra em mau estado, será reparada na sua totalidade. Neste contexto, Augusto Barros acrescentou ainda ter recebido queixa da destruição de estrada nas imediações do BricoMarché, provocada por camiões aquando da construção daquela unidade comercial. Fez fotografias que remeteu para a CMT. Esta respondeu que todas as artérias nessa zona serão reparadas. E Augusto Barros promete todo o seu empenhamento na reparação destas vias. Ricardo Carlos refere que Casal dos Frades é uma zona da freguesia abandonada. Por outro lado, quer saber o ponto de situação dos WCs da freguesia de Santa Maria. Augusto Barros informa que todos os WCs estão abertos. Quanto ao Casal



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

Município de Tomar

dos Frades, esclarece que a Junta já cortou a erva várias vezes este ano. A estrada de acesso a essa zona indo de sul, será toda pavimentada. E acrescenta que a estrada da ponte de Peniche será intervencionada, lamentando que ela seja usada como vazadouro de lixo. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.---

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário: